

ciar. Em seguida, a Senhora Presidenta colocou em 1<sup>a</sup> votação o Projeto de Lei nº 037, de 15 de outubro de 1996, sendo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. Em seguida, a Senhora Presidenta colocou em 1<sup>a</sup> votação o Projeto de Lei nº 038, de 17 de outubro de 1996, sendo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. Em seguida, a Senhora Presidenta colocou em 1<sup>a</sup> votação o Projeto de Lei nº 039, de 17 de outubro de 1996, sendo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. A Senhora Presidenta comunicou aos Senhores Vereadores e assistentes, que a próxima sessão ordinária se realizará no dia 1º de novembro de 1996. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada. E, para constar, lavrou-se o presente ato, que lida, posta em discussão, vai assinada pela Presidente, Secretário e demais vereadores presentes.

Aldenora Freire do Amaral

~~Assinatura~~

José Antônio Senna

Paulo Maciel de Oliveira

Graça Maria Monha Chaves

Francisco Hélio da Silveira

~~Assinatura~~  
Pedro Vaz da Silva

Aragaci Monttis Gomes  
~~Assinatura~~

Ata da 12<sup>a</sup> (décima segunda) Sessão Ordinária do 2º (segundo) Período da 4<sup>a</sup> (quarta) Sessão Legislativa da 9<sup>a</sup> (nona) legislatura da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará:

No 1º dia do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e seis às 08:10 horas, no recesso destinado ao funcionamento do Plenário da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte, compareceram os vereadores: Aldenora Freire do Amaral, Aragaci Monttis Chaves, Celini

Nogueira Barros, Francisco Hilário de Oliveira, João Antônio Viana, Manoel Moreira de Almeida, Paulo Mauro de Oliveira, Pedro Almeida Meia e Tônia Maria Noronha Chaves. Na Presidência, a vereadora Aldenora Freire do Amaral, secretária de pelo 1º Secretário, vereador Célio Nogueira Barros. Os trabalhos foram abertos com número legal e na forma regimental. Iniciando o expediente, procedeu-se à leitura da Ata da 11ª Sessão Ordinária, sendo aprovada sem retificações. As matérias para leitura no expediente constavam: Projeto de Lei nº 448, de 25 de outubro de 1996, do Sr. Prefeito Municipal; Projeto de Lei nº 042, de 31 de outubro de 1996, do vereador Aragaci Monteiro Chaves; Projeto de Resolução nº 003, de 01 de novembro de 1996, da Mesa Diretora; Ofício nº 084/96, emitido pela Presidenta desta Casa Legislativa. Na Tribuna Popular usou da palavra o Dr. Raimundo Costa Lima. No Pequeno Expediente não houve vereadores inscritos. No espaço destinado ao Grande Expediente usou da palavra o vereador Célio Nogueira Barros. Antes de iniciar o grande Expediente a vereadora Tônia Noronha solicitou que se fizesse um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do voo 402 da TAM, na cidade de São Paulo. O vereador Célio usou da palavra, falando o princípio pobre e pronunciamento do orador que usou a Tribuna Popular. Falou que existe na Lei Orgânica algo que fala sobre a descentralização das sessões da Câmara. Discordou de certo argumento do orador, porque o povo não se interessa pelo trabalho do vereador. Falou que já se está mudando o horário das sessões para tentar trazer o povo para assistir a uma sessão e assim o povo pode ver como é que o vereador trabalha, porque a maioria quer saber e o que vai receber do vereador. O que se vê é que o povo não está preocupado pelo que ele vai fazer. Se o vereador deixar de ser um assistente social, de contribuir individualmente, o nível dos candidatos eleitos seria outro. Precisamos conscientizar o povo para ele vir à Câmara, para

ver o que é o dever do vereador, o trabalho e o que fazem para merecer o seu salário. O vereador Francisco Hilaris pediu um aparte e falou que já foi indagado, onde querer saber qual é o trabalho do vereador. O povo não sabe o que o vereador faz, pensa que só o prefeito é capaz. Continuando, o vereador Celírio falou que o vereador é um legislador que tem a capacidade de analisar o que o prefeito quer fazer. Devemos colocar na Câmara pessoas que tenham tendência para ser vereador, não importa a sua qualificação. Devemos trazer o povo para esta Casa, para ele ver o desempenho do vereador. O vereador Manoel pediu um aparte e falou que já tinha conversado para fazer o povo entender o trabalho do vereador. A ideia existe, mas é difícil se estruturar para se viabilizar. O que temos visto é que só quando vamos tratar da questão do previdor, é que essa Casa fica lotada. Continuando, o vereador Celírio falou que a classe popular não sabe o que é um projeto, nem qual foi o projeto mais importante, isso o povo não sabe. Perguntou se não seria bom teria isso para ter sido feito todos os 15 vereadores. Falou ainda solicitando o apoio dos vereadores, para tornar o terreno do Genipapeiro em local para se criar um distrito industrial. Para com isso locar indústrias pequenas do Município e de fora. O vereador Dragaci pediu um aparte e falou que já se discutiu um local para se instalar um distrito industrial, que é o Café Quimado, pois ali é junção dos quatro municípios, e teria condições de atender a todas as indústrias que vierem aqui se instalarem. Continuando, o vereador Celírio falou que a sua pretensão é seguir as indústrias locais, que estão indo embora por falta de espaço físico, era a preocupação. A sessão foi suspensa por 15 minutos para o Intervalo Regimental. Retornando do Intervalo Regimental, procedeu-se a leitura do Edital de publicidade da DEM DO DIA, que constou das seguintes matérias: I - 2ª discussão e votação do Projeto de Lei nº 037, de 15 de outubro

de 1996, de autoria do vereador Aragaci Monteiro Chaves, que dá denominação à rua que indica; II - 2<sup>a</sup> discussão e votação do Projeto de Lei nº 038, de 17 de outubro de 1996, de autoria do vereador Paulo Mael de Oliveira, que dá denominação à rua que indica; III - 2<sup>a</sup> discussão e votação do Projeto de Lei nº 039, de 17 de outubro de 1996, de autoria do vereador Celírio Nogueira Barros, que altera o artigo 2º e seus incisos, da Lei Municipal nº 524/96, e dá outras providências; IV - 1<sup>a</sup> discussão e votação do Projeto de Lei nº 031, de 22 de outubro de 1996, de autoria do vereador José Rebouças da Costa, que dá denominação à rua que indica; V - 1<sup>a</sup> discussão e votação do Projeto de Lei nº 040, de 23 de outubro de 1996, de autoria do vereador José Rebouças da Costa, que dá denominação à rua que indica; VI - 1<sup>a</sup> discussão e votação do Projeto de Lei nº 041, de 24 de outubro de 1996, de autoria do vereador Aragaci Monteiro Chaves, que dá denominação à rua que indica; VII - 1<sup>a</sup> discussão e votação do Projeto de Lei nº 445, de 23 de maio de 1996, de autoria do Prefeito Municipal, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 ao orçamento vigente, com a finalidade de ampliação dos serviços de telefonia do Município e dá outras providências; e os pareceres da Comissão de Regulações, Justica e Redação Final e da Comissão de Finanças e Orçamento.

A Honra Presidenta concedeu a palavra aos Senhores Vereadores. Usou da palavra os vereadores: Celírio Nogueira Barros, falou que o Projeto de Lei nº 445, de 23 de maio de 1996, que trata da telefonia rural, deve ser aprovado, porque se não for, o Prefeito vai usar como argumento de que os vereadores não aprovaram a lei, e depois dizer que não colocou os telefones porque a Câmara não aceitou. Edberil aparteu, argumentando que o projeto anterior falava que seria instalada a telefonia rural e o Prefeito desviou o dinheiro para outra coisa, isso é uma falta de respeito. O vereador Aragaci pediu aparte e falou que como relator fez tremendo

nas bases quando recebe um projeto do Prefeito. Falou ainda que interpretou errado ao avaliar o projeto. Pensou que era um empréstimo, e isso seria dar mais crédito ao Prefeito. Manoel Moreira de Almeida falou que o Prefeito não manda dizer onde o dinheiro vai ser empregado, porque o próprio Presidente da República vende as empresas e não diz para onde o dinheiro vai, porque não existe lei que obrigue a dizer-lo. Por isso o Prefeito não vai mandar para essa Casa, donde vão ser implantados os telefones. Por isso, acho que se o projeto não for aprovado, vamos por contados, porque não aprovamos o projeto. Considerando os debates, a Senhora Presidenta colocou em votação os projetos constantes na ORDEM DO DIA. A Senhora Presidenta colocou em 2<sup>a</sup> votação o Projeto de Lei nº 037, de 15 de outubro de 1996, sendo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. Em seguida, a Senhora Presidenta colocou em 2<sup>a</sup> votação o Projeto de Lei nº 038, de 17 de outubro de 1996, sendo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. Em seguida, a Senhora Presidenta colocou em 2<sup>a</sup> votação o Projeto de Lei nº 039, de 17 de outubro de 1996, sendo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. Em seguida, a Senhora Presidenta colocou em 1<sup>a</sup> votação o Projeto de Lei nº 031, de 22 de outubro de 1996, sendo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. Em seguida, a Senhora Presidenta colocou em 1<sup>a</sup> votação o Projeto de Lei nº 040, de 23 de outubro de 1996, sendo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. Em seguida, a Senhora Presidenta colocou em 1<sup>a</sup> votação o Projeto de Lei nº 041, de 24 de outubro de 1996, sendo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. Em seguida, a Senhora Presidenta colocou em 1<sup>a</sup> votação o Projeto de Lei nº 445, de 23 de maio de 1996, sendo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. A Senhora Presidenta comunicou aos Senhores Vereadores e assistentes, que a próxima sessão ordinária se realiza no dia 08 de novembro de 1996. Nada mais havendo a

tratar, a sessão foi encerrada. É, para constar, lavrou-se a presente ata, que lida, posta em discussão, vai assinada pela Presidente, Secretários e demais vereadores presentes.

Aldenora Freire do Amaral  
Márcio Pj

José Antônio Viana

Paulo Maciel de Oliveira

Sonia Maria Noronha Chaves

Francisco Hilário da Silva

José Rebouças da Costa

~~José Antônio Viana~~

Raimundo Dinardo da Silveira

Desacordadoputado Maia

~~Manoel Monteiro de Almeida~~

Ata da 13ª (décima terceira) Sessão Ordinária do 2º (segundo) Período da 4ª (quarta) Sessão Legislativa da 9ª (nona) Legislatura da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará.

Aos oito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e seis, às 08:05 horas, no recinto destinado ao funcionamento do Plenário da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte, compareceram os vereadores: Aldenora Freire do Amaral, Aragaci Monteiro Chaves, Celírio Nogueira Barros, Edbenil Oliveira Chaves, Francisco Hilário de Oliveira, João Antônio Viana, José Rebouças da Costa, Manoel Monteiro de Almeida, Paulo Maciel de Oliveira, Pedro Almeida Maia, Raimundo Dinardo da Silva Maia e Tônia Maria Noronha Chaves. Na Presidência, a Vereadora Aldenora Freire do Amaral, secretariada pelo 1º Secretário, Vereador Celírio Nogueira Barros. Os trabalhos foram abertos com número legal e na forma regimental. Iniciando o expediente, procedeu-se a leitura da Ata